

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

ATA N.º 56 DO CONSELHO INTERMUNICIPAL

— Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e dezasseis, pelas quinze horas, na cidade de Tondela, na sede da CIM, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, sob a presidência do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e representando o número de eleitores abaixo indicados, os seguintes membros:-----

Município	Eleitores	Cargo	Nome
Aguiar da Beira	6.597	Vereador	José Alberto Nunes e Lopes Tavares
Carregal do Sal	10.099	Vice-Presidente	José Sousa Batista
Castro Daire	16.514	Vice-Presidente	Eurico Manuel Almeida Moita
Mangualde	20.330	Presidente	João Nuno Ferreira Gonçalves Azevedo
Nelas	13.861	Vice-Presidente	Sofia Relvas Marques
Oliveira de Frades	9.415	Presidente	Luís Manuel Martins de Vasconcelos
Penalva do Castelo	8.819	Presidente	Francisco Lopes de Carvalho
Santa Comba Dão	11.563	Vice-Presidente	Carla Isabel Silva Cunha
São Pedro do Sul	17.274	Vereadora	Teresa Cristina Sobrinho
Sátão	13.992	Vice-Presidente	Paulo Manuel Lopes dos Santos
Tondela	29.213	Vereador	Pedro Luís Jesus Ferreira Adão
Vila Nova de Paiva	6.892	Presidente	José Morgado Ribeiro
Viseu	95.853	Vereadora	Odete Paiva
Vouzela	10.171	Vice-Presidente	Carlos Alberto Rodrigues Lobo

— A ordem de trabalhos presente na convocatória foi a seguinte:-----

- 1 - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 07/06/2016;-----
- 2 - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 15/06/2016;-----
- 3 - Ponto de situação dos investimentos integrados no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão Lafões, no âmbito das prioridades de investimento 6.3 “Património Cultural”, 9.7 “Saúde” e 10.5 “Infraestruturas de Educação”;-----
- 4 - Análise, discussão e ratificação da tomada de posição, no âmbito da consulta pública à “Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e de Referenciação Materna, da Criança e do Adolescente”, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 5 - Análise, discussão e votação da proposta de revisão do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, de acordo com a Informação de Serviço n.º 217/2016, de 28 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

—6 - Análise, discussão e votação da fase 2 - Cenários Prospetivos, do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes, de acordo com a Informação de Serviço nº 219/2016, de 29 de junho, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

—7 - Análise, discussão e votação do projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal, para a “Aquisição de serviços de apoio à criação do Centro de Competências de Gestão de Vias da CIM Viseu Dão Lafões”, de acordo com a Informação de Serviço nº 209/2016, de 23 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

—8 - Análise, discussão e votação do projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal, para a “Aquisição de serviços de apoio técnico no âmbito da capacitação e animação da Plataforma de Cooperação Institucional organizada em Redes”, de acordo com a Informação de Serviço nº 208/2016, de 23 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

— Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificado haver “quórum” para funcionamento do órgão, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal declarou aberta a reunião.-----

— Período de Antes da Ordem do Dia. -----

— O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, informou os presentes que tinha solicitado a presença, na reunião do Conselho, do Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, Dr. Nuno Martinho, nos termos do nº 6 do art.º 89º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

— O Dr. José Morgado Ribeiro continuou a sua intervenção, informando, os presentes, que nos próximos dias dezanove e vinte e seis de julho, pelas 10 e 15 horas, respetivamente, se iriam realizar duas reuniões extraordinárias do Conselho Intermunicipal, dado o número de candidaturas que os serviços da CIM tinham entre mãos e a necessidade daí decorrente, nomeadamente a aprovação de um conjunto de projetos, protocolos e documentos estratégicos a ela associados. -----

— Continuou o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, informando, o Conselho Intermunicipal que no dia onze de julho, também pelas 10 e 15 horas, se iriam realizar as reuniões da Comissão de Acompanhamento do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da CIM Viseu Dão Lafões e do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, respetivamente, sendo que todos os presentes se encontravam convidados a participar nas mesmas. -----

— Concluiu a sua intervenção, informando, que o Dr. Andrade Miranda iria estar presente na reunião do Conselho Intermunicipal de 26 de julho, para se preparar a solicitação de uma reunião da Assembleia Distrital de Viseu, em função do pedido de esclarecimento de toda a problemática da transferência da Universalidade da Assembleia Distrital de Viseu para a CIM Viseu Dão Lafões, sendo que o pedido de realização da assembleia teria que ser efetuado pelos municípios e não pela CIM, todavia, pretendia-se que a mesma já fosse devidamente articulada entre os municípios da CIM.-----

— Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que começou a sua intervenção, informando o Conselho Intermunicipal que a CIM estava a preparar sete candidaturas aos diversos Programas Operacionais, a saber: -----

— Modernização administrativa;-----

— Programação Cultural em Rede;-----

— Promoção turística;-----

— Património natural;-----

— Adaptações às Alterações Climáticas - Preparar hoje o futuro - Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Viseu Dão Lafões;-----

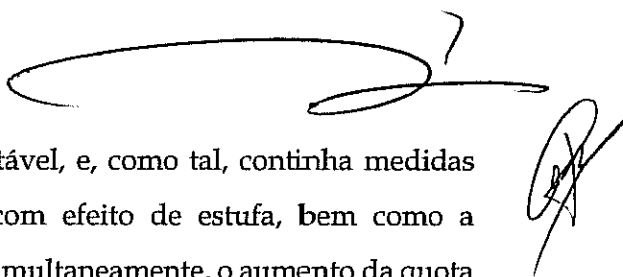
— Plataforma de proteção civil;-----

— Campanha de sensibilização para os resíduos.-----

— Continuou a sua intervenção, informando, que se tinham realizado diversas reuniões com os municípios de forma a articular as estratégias inerentes a cada uma das candidaturas a apresentar, sendo que, por exemplo, no âmbito da plataforma de proteção civil o Segundo CODIS de Viseu tinha participado na mesma de forma a que os próprios serviços de proteção civil se envolvessem no projeto.-----

— O Senhor Secretário Executivo, informou, também, que a CIM tinha reunido com o Planalto Beirão, no sentido de articular a candidatura a apresentar pela CIM, no âmbito da Campanha de sensibilização para os resíduos, sendo que apesar do valor da mesma ser residual, trinta mil euros, tendo-lhes sido solicitado, inclusive, um parecer, este tinha sido negativo, dado terem informação do POSEUR que esta candidatura poderia colocar em causa uma candidatura que eles próprios estavam a preparar, no valor de um milhão e meio de euros, pelo que, num futuro próximo se teria que avaliar se a CIM poderia executar esta verba ou teria que solicitar uma reprogramação deste valor.-----

— Continuou a sua intervenção, esclarecendo, que o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) assentava numa estratégia de baixo teor de carbono, que incluía a



promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável, e, como tal, continha medidas que promoviam a redução da emissão de gases com efeito de estufa, bem como a diminuição da intensidade energética, promovendo, simultaneamente, o aumento da quota de transporte coletivo e dos modos suaves, nas deslocações urbanas associadas à mobilidade quotidiana. -----

—Referiu, ainda, que se encontrando concluído o PAMUS, este iria conferir admissibilidade e elegibilidade às candidaturas dos municípios no âmbito dos PEDU's e PARU's.-----

— Ainda neste âmbito, o Dr. Nuno Martinho, referiu que todas as notas e observações apresentadas pelos municípios tinham sido remetidas para a empresa, que estava a trabalhar no documento, e que tinham merecido as devidas respostas por parte desta. —

— Concluiu este tema, o Senhor Secretário Executivo, informando, que o referido documento iria ser submetido a apreciação e votação na próxima reunião do Conselho Intermunicipal.-----

— O Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, informou, ainda, o Conselho Intermunicipal que tinha participado numa reunião, na ANMP, com a Autoridade de Gestão do PDR 2020, relativamente às questões dos regadios e da segurança das barragens, sendo que tudo o que lá tinha sido apresentado era ainda muito confuso, tendo, ainda, referido que para esta Autoridade de Gestão as CIM's não deveriam ser organismos intermédios, tendo a ANMP vincado a importância das CIM's terem um papel muito ativo nesta área e que a Autoridade de Gestão do PDR 2020 deveria, inclusive, destinar uma verba para a sua capacitação.-----

— Concluiu a sua intervenção, neste domínio, informando, que iria ter no dia seguinte uma reunião na DRAP Centro, também, no âmbito desta temática, sendo que o território apenas tinha três projetos nas áreas dos regadios e dois na área da segurança das barragens, sendo que a CIM e os seus municípios poderiam vir a ser confrontados com a necessidade de terem que concentrar toda a verba num único projeto, mas logo que tivesse mais informação a transmitiria aos Senhores Presidentes. -----

— Continuou a sua intervenção, o Senhor Secretário Executivo, informando, que tinha solicitado uma reunião ao Dr. Domingos Lopes, Presidente da Comissão Diretiva do POISE, no sentido de se avaliar a possibilidade de a CIM ser organismo intermédio, deste Programa Operacional, tendo-se ele disponibilizado a deslocar-se às instalações da CIM para realizar

a reunião, sendo que a mesma se iria realizar na 6ª-feira, dia 8 de julho, pelo que daria conta ao Conselho Intermunicipal do resultado da reunião na próxima reunião ordinária. -----

— O Dr. Nuno Martinho, informou, ainda, o Conselho Intermunicipal que no seguimento de um contacto da CIM Viseu Dão Lafões com a Plataforma de Sevilha, nomeadamente com o seu representante Marc Boden, a Região Centro de Portugal tinha sido selecionada como área a ser alvo de um estudo piloto a efetuar por esta plataforma no âmbito da RIS3. -----

— Informou, também, o Dr. Nuno Martinho, que a seleção da Região Centro de Portugal tinha sido fruto de um contacto prévio da CIM Viseu Dão Lafões, do Senhor Secretário Executivo e do Senhor Professor Doutor Rosa Pires, com a Senhora Presidente da CCDR do Centro, Senhora Professora Doutora Ana Abrunhosa, no sentido desta se disponibilizar, junto da Plataforma de Sevilha, para que um dos próximos estudos piloto, dentro da Estratégia de Especialização Inteligente (RIS3), fosse efetuado na NUT II Centro. -----

— Referiu, ainda, o Senhor Secretário Executivo que o referido contacto derivava, também, de uma estratégia de desenvolvimento económico, que a região deve ter, assente nos seus recursos territoriais, sendo exemplo disso o trabalho que a CIM tinha vindo a desenvolver, com o Município de Carregal do Sal, no âmbito da valorização económica da pinha e do pinhão, estando, inclusivamente, agendada uma reunião com o Senhor Presidente da Câmara de Carregal do Sal, Senhor Rogério Abrantes, e empresários do Concelho.-----

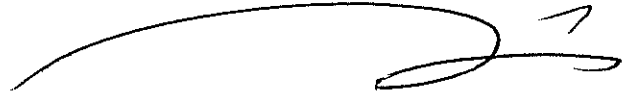
— Concluiu este tema, o Senhor Secretário Executivo, afirmando, que iria, junto da Senhora Presidente da CCDR do Centro, manifestar o desejo que este estudo da Plataforma de Sevilha fosse desenvolvido na região Viseu Dão Lafões. -----

— Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal deu por concluído o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

— Período da Ordem do Dia. -----

— Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 07/06/2016 - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal colocou à apreciação dos presentes a proposta de ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 07/06/2016. -----

— Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a ata.-----



— Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 15/06/2016 - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal colocou à apreciação dos presentes a proposta de ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 15/06/2016. —

— Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a ata. —

— Quanto ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** - Ponto de situação dos investimentos integrados no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão Lafões, no âmbito das prioridades de investimento 6.3 "Património Cultural", 9.7 "Saúde" e 10.5 "Infraestruturas de Educação" - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, informou que tinha sido solicitada e confirmada a presença, da Senhora Diretora da Direção Regional de Cultura do Centro, Dr.ª Celeste Amaro, da Senhora Diretora da DGESTE, Dr.ª Cristina Oliveira, e da Dr.ª Margarida Messias, em representação do Senhor Presidente da ARS do Centro. —

— Continuou a sua intervenção, informando que à última da hora a Senhora Diretora da DGESTE e a Senhora Diretora Regional de Cultura do Centro tinham cancelado a sua presença. —

— Concluiu a sua intervenção relembrando o Conselho Intermunicipal que o objetivo destes convites visava ver esclarecido, com cada uma destas entidades os diversos projetos que se encontravam identificados no PDCT. —

— Foi dada a palavra à Dr.ª Margarida Messias, da ARS do Centro, que começou a sua intervenção referindo que se encontravam sinalizados 5 projetos de investimento, um no Município de Viseu, outro no Município de Santa Comba Dão, outro no Município de Sátão, outro no Município de Tondela e outro no Município de Carregal do Sal, bem como o programa relacionado com a aquisição de unidades móveis de saúde. —

— Continuou a sua intervenção, detalhando, o ponto de situação de cada um dos projetos enunciados e a forma como os mesmos estavam a ser articulados com os municípios. —

— Concluiu esta sua intervenção dando esclarecimentos a diversas situações que se encontravam pendentes nos serviços e cujas respostas ou esclarecimentos estavam a ser ultimadas pelos diversos serviços da ARS do Centro. —

— Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara de Sátão, Senhor Paulo Santos, que questionou a Senhora Dr.ª Margarida Messias sobre o ponto de situação do



investimento a realizar no Município de Sátão, dado que o mesmo já estava, inclusive, concursado.-----

--- Foi dada a palavra à Dr.ª Margarida Messias, que relativamente a esta questão afirmou que as informações que detinha sobre este tipo de investimentos era as que tinha transmitido na sua intervenção inicial, sendo que apenas esta semana tinha dado entrada o pedido de parecer no ACES Dão Lafões.-----

--- Foi dada a palavra à Senhora Vereadora da Câmara de São Pedro do Sul, Dr.ª Teresa Sobrinho, solicitou que lhe fosse esclarecido se para a apresentação da candidatura, pelo município, para a aquisição da unidade móvel de saúde era necessário ter o parecer da ARS previamente.-----

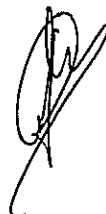
--- Foi dada a palavra à Dr.ª Margarida Messias, tendo esta esclarecido que, habitualmente, para a apresentação da candidatura tinha que ser solicitado o parecer sendo que o mesmo tinha que estar conforme com as indicações transmitidas pela Comissão Diretiva da ARS do Centro.-----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, que questionou Senhora Dr.ª Margarida Messias sobre quem tinha a responsabilidade de garantir a contrapartida nacional nos referidos projetos, tendo sido secundado pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara de Carregal do Sal sobre a forma como se processaria toda a problemática das contrapartidas nacionais.-----

--- Foi dada a palavra à Dr.ª Margarida Messias, que esclareceu que, habitualmente, é apresentado um projeto, sendo que os técnicos da ARS procedem à sua avaliação e conformando-o, se necessário, os técnicos que elaboraram o mesmo, sendo que o projeto de Carregal do Sal já estava com a equipa de projeto da ARS. Mais do que isto não estava em condições de informar, estando convicta que a ARS entrará em contacto com os municípios para articular toda essa problemática.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que esclareceu os presentes sobre o procedimento que o município teria que adotar se pretendesse ser o dono da obra, ou seja, teria que fazer um protocolo com a ARS e posteriormente solicitar uma alteração ao Pacto, junto da CIM, para aprovação do Conselho Intermunicipal e posterior aprovação da Autoridade de Gestão.-----

--- Ainda neste âmbito, o Senhor Secretário Executivo referiu uma situação, no âmbito das candidaturas dos mapeamentos, tendo dado o exemplo concreto da candidatura da USF de Viseu.-----



—Continuou a sua intervenção, o Senhor Secretário Executivo, explicando, que o Município de Viseu deveria, conforme já estava previsto, ser o dono de obra da empreitada, sendo que, no respeitante à componente de equipamento, deveria ser a ARS do Centro a promotora desta componente, já que não fazia sentido, o município ficar com o registo, no seu património, de todo o equipamento e posterior manutenção dos mesmos. —————

—Concluiu a sua intervenção, o Dr. Nuno Martinho, afirmando, que o que fazia sentido era ser uma candidatura em copromoção, em que o Município de Viseu assumia a empreitada e a ARS do Centro a componente de equipamento, sendo que, também, já tinha feito chegar esta proposta à Autoridade de Gestão do Centro 2020, pelo que solicitou à Senhora Dr.ª Margarida Messias que fizesse chegar esta preocupação ao Conselho Diretivo da ARS do Centro. —————

—Foi dada a palavra à Dr.ª Margarida Messias, que informou o Conselho Intermunicipal que iria fazer chegar estas questões ao Conselho Diretivo. —————

—O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal agradeceu a presença da Dr.ª Margarida Messias. —————

—Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Oliveira de Frades, Dr. Luís Vasconcelos, que começou a sua intervenção lamentando a ausência dos diretores dos demais serviços convidados, nomeadamente a Senhora Diretora da DGESTE, até porque estes serviços não tinham tido a capacidade ou vontade de levarem até ao fim o excelente trabalho desenvolvido pela CIM, pelos Municípios e pelas Escolas, na área da rede da qualificação de nível intermedio. —————

—Concluiu a sua intervenção, afirmando que o processo correu mal, a Senhora Diretora não recebe ninguém, confirma a presença na reunião do Conselho Intermunicipal e depois falta, isto é demonstrador da falta de consideração por todo o trabalho desenvolvido, que era de extrema importância, mas também era falta de consideração pelo Conselho Intermunicipal. —————

—Quanto ao **quarto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e ratificação da tomada de posição, no âmbito da consulta pública à "Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e de Referenciação Materna, da Criança e do Adolescente", nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, explicou, de forma sucinta, o teor da mesma e a urgência dessa tomada de posição. —————

— Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Mangualde, Dr. João Azevedo, que afirmou subscrever, integralmente, a posição tomada pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, em nome da CIM. —————

— Concluiu a sua intervenção, propondo, que fosse solicitada uma reunião ao Senhor Ministro da Saúde. —————

— Foi dada a palavra à Senhora Vereadora da Câmara de Viseu, Dr.ª Odete Paiva, que informou o Conselho Intermunicipal que a Assembleia Municipal de Viseu tinha aprovado, por unanimidade, uma moção contra a proposta apresentada pelo Governo. —————

— Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, ratificar a tomada de posição, no âmbito da consulta pública à “Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e de Referenciação Materna, da Criança e do Adolescente”. —————

— Deliberou, ainda, que se deveria solicitar uma audiência ao Senhor Ministro da Saúde.

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. —————

— Quanto ao **quinto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de revisão do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, de acordo com a Informação de Serviço nº 217/2016, de 28 de junho, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na informação de serviço, explicou, sucintamente, o teor da mesma. —————

— Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta de revisão do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. —

— Deliberou, ainda, que o mesmo fosse remetido ao Conselho de Prevenção da Corrupção e às demais entidades de superintendência e tutela. —————

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. —————

— Quanto ao **ponto sexto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da fase 2 - Cenários Prospetivos, do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes, de acordo com a Informação de Serviço nº 219/2016, de 29 de junho, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, solicitou ao Dr. Nuno Martinho que, de forma sucinta, apresentasse o mesmo. —



— Foi dada a palavra o Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que relembrou o Conselho Intermunicipal que na reunião do passado dia 15 de junho tinha sido apresentada a fase 2 - Cenários Prospetivos, do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes, tendo o referido documento sido remetido a todas as equipas municipais para análise, sendo que apenas dois municípios tinham feito chegar os seus contributos, estando, agora, o documento a ser presente para aprovação. —

— Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a fase 2 - Cenários Prospetivos, do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes. —

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. —

— Quanto ao sétimo ponto da ordem de trabalhos - Análise, discussão e votação do projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal, para a "Aquisição de serviços de apoio à criação do Centro de Competências de Gestão de Vias da CIM Viseu Dão Lafões", de acordo com a Informação de Serviço n.º 209/2016, de 23 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na informação de serviço, explicou, sucintamente, o teor da mesma. —

— Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar o projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal, para a aquisição de serviços de apoio à criação do Centro de Competências de Gestão de Vias da CIM Viseu Dão Lafões e adjudicar o referido contrato de prestação de serviços à concorrente Infraestruturas de Portugal, S.A., nos termos da sua proposta, pelo valor de €74.750,00 (setenta e quatro mil, setecentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal. —

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. —

— Quanto ao oitavo ponto da ordem de trabalhos - Análise, discussão e votação do projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal, para a "Aquisição de serviços de apoio técnico no âmbito da capacitação e animação da Plataforma de Cooperação Institucional organizada em Redes", de acordo com a Informação de Serviço n.º 208/2016, de 23 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor



Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na informação de serviço, explicou, sucintamente, o teor da mesma. _____

— Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar o projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal, para a aquisição de serviços de apoio técnico no âmbito da capacitação e animação da Plataforma de Cooperação Institucional organizada em Redes e adjudicar o referido contrato de prestação de serviços à concorrente JPQ Consultores Sociedade Unipessoal, Lda., nos termos da sua proposta, pelo valor de €68.600,00 (sessenta e oito mil e seiscentos euros), acrescido de IVA à taxa legal. _____

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34.º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. _____

— Esgotada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, pelas dezassete horas e trinta minutos, lavrando-se a presente ata que, irá ser assinada pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e por mim, José Carlos de Oliveira Almeida, que a redigi. _____

